do Processo Administrativo Eletrônico – PAE n.º 2022/1602469; RESOLVE: I – PRORROGAR CESSÃO, da servidora ANA VALERIA RIBEIRO BORGES, matrícula n.º 54187993/1, ocupante do cargo de Técnico em Regulação de Serviços Públicos N/II, para a Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB, a contar de 01/01/2023, pelo prazo de 02 (dois) anos, com ônus para o Órgão Cedente e Reembolso pelo Órgão Cessionário, em conformidade com o disposto nos arts. 8º §1º; §2º; §3º; §4º do Decreto n.º 795, de 29 de maio de 2020. II – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE. AGÊNCIA DE REGULAÇÃO E CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS DO ESTADO DO PARÁ, 16 DE DEZEMBRO DE 2022. EURÍPEDES REIS DA CRUZ FILHO Diretor Geral – ARCON-PA

Protocolo: 889026

OUTRAS MATÉRIAS

RESOLUÇÃO CONERC Nº 04/2022

O Senhor Presidente do Conselho Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – CONERC, no uso de suas atribuições previstas no inciso VI, do art. 22, do Regimento Interno do CONERC; e

Considerando o Processo nº 2022/724364, cujo objeto trata de proposta de nova redação aos artigos 22, 56, 70 e 74 da Resolução ARCON nº 15/2010, encaminhado ao CONERC pelo Senhor Diretor Geral da ARCON/PA, com pedido de análise e deliberação;

Considerando o teor do parecer do Conselheiro Relator que entendeu pelo indeferimento da proposta de aumento da capacidade do veículo (art. 5º da Resolução ARCON nº 15/2010) com recomendação de criação de comissão para atualização da Resolução nº 01/2000-ARCON relativamente aos conceitos e definições previstos no Anexo I, da Lei nº 9.503 que institui o Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando que tal recomendação foi aprovada em decisão favorável proferida pelos Srs. Conselheiros na 2ª Sessão Ordinária do CONERC, realizada em 15 de dezembro de 2022, registrada na respectiva ata.

Com fundamento na Lei Estadual nº 6.099/97 e Decreto nº 3.791/99

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a Diretoria Geral da ARCON que crie Comissão de Atualização da Resolução 01/2000-ARCON com o objetivo de uniformizar a categorização veicular aos conceitos e definições estabelecidas no Anexo I da Lei nº 9.503/97 que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala de Reuniões do CONERC, em 19 de dezembro de 2022.

Raimundo Nonato Miranda de Vasconcelos

Presidente

Protocolo: 889086

RESOLUÇÃO ARCON Nº 03, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Dispõe sobre alterações na Resolução ARCON nº 15/2010 que disciplina a operação do serviço complementar de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros e dá outras providências.

O Diretor Geral da Agência de Regulação e Controle de Serviços Públicos do Estado do Pará – ARCON-PA, no uso de suas atribuições previstas no artigo 16 e inciso I do art. 19 da Lei nº 6.099 de 30 de dezembro de 1997, e de acordo com a deliberação da Diretoria, e ainda;

Considerando o disposto na Lei nº 6.099/97, que cria a Agência Estadual de Regulação e Controle de Serviços Públicos – ARCON, com a função de regular e controlar a prestação dos serviços públicos de competência do Estado, cuja exploração tenha sido delegada a terceiros, entidade pública ou privada, através de concessão, permissão ou autorização;

Considerando o Decreto nº 2.234 de 05 de abril de 2010, que institui o serviço de transporte rodoviário complementar no Estado do Pará;

Considerando a necessidade de se promover o ajustamento e adequação das normas regulatórias do serviço de transporte rodoviário intermunicipal complementar de passageiros à evolução tecnológica veicular e, por equidade, às normas do transporte Alternativo.

RESOLVE:

Art. 1 – Os artigos 22, 56, 70 e 74 da Resolução ARCON nº 15/2010 passam a ter nova redação conforme a seguir formulado.

Art. 22 - Admitir-se-á para a prestação do serviço objeto desta resolução, veículos tipo micro-ônibus, ônibus de baixa e média capacidade com idade de até 15 (quinze) anos, sendo o prazo de vida útil do veículo contado a partir das seguintes referências:

Art. 56 – A reclamação, por dano ou extravio da bagagem ou encomenda, deverá ser apresentada à transportadora, até 72 (setenta e duas) horas após o término da viagem, e registrada em formulário fornecido pela transportadora.

II – no caso de extravio, 400 (quatrocentas) UPF's por todo volume extraviado quando o passageiro não declarar o que está sendo transportado.

Art. 70 - As multas por infração desta Resolução classificam-se em leve, média, grave e gravíssima, e terão seus valores fixados com base na Unidade Padrão Fiscal - UPF, conforme a seguinte graduação:

I - leves, no valor de 80 (oitenta) UPF's;

II - médias, no valor de 120 (cento e vinte) UPF's;

III - graves, no valor de 200 (duzentas) UPF's;

IV - gravíssimas, no valor de 250 (duzentas e cinquenta) UPF's;

Art. 74 - Penalidade XII - apresentar veículo em operação, com lotação acima da capacidade, salvo nos casos admitidos nesta Resolução;

Art. 2º Esta resolução entre em vigor na data de sua publicação sendo revogadas as disposições em contrário.

Belém, 16 de dezembro de 2022

Eurípedes Reis da Cruz Filho

Diretora Geral da ARCON

Protocolo: 888947

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO AGROPECUÁRIO E DA PESCA

LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 370 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2022

O DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

CONSIDERANDO, o processo nº 2022/1395611

RESOLVE:

CONCEDER Licença Prêmio ao servidor ERNESTINO DA SILVA FONSECA, matrícula 24708/1, ocupante do cargo de TÉCNICO AGRÍCOLA, no período de (15/01/23 à 13/02/23) - (30 dias), 2º período correspondentes ao triênio 2009/2012.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

MÁRCIO MARCELO DE SOUZA TRINDADE

Diretor Administrativo e Financeiro

Protocolo: 889027

INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº 1929, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da mesma Lei, CONSIDERANDO que a Lei nº 8.878, de 08 de julho de 2019, em seu art. 4º prevê o instituto da permuta como uma das modalidades para alienação da terra pública, utilizável quando houver impossibilidade de ocupação de fato de áreas alienadas a particular;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, promoveu a Licitação de Terras Públicas sobre área denominada Gleba Altamira VI, com a designação de Projeto Integrado Trairão, e que posteriormente a União editou Decreto nº 98.865, de 23 de janeiro de 1990 e a Funai a PORTARIA Nº 220, de 13 de março de 1990, criando e ampliando a reserva indígena Menkragnoti, alcançado parte da área do Projeto, impossibilitando que os licitados consolidassem o domínio; CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do Processo Administrativo nº 2022/785333, quanto à regularidade e ao cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos para regularização e contratação de permuta.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o processo de permuta de direitos sobre o Título nº 77, representativo do Lote 28, Setor "K", da Gleba Altamira VI, Projeto Integrado Trairão, por uma área denominada Fazenda Conquista, com 1.502,7861 hectares, localizada na Gleba Guajará I no Município de Prainha, em favor de EDUARDO DA CUNHA BARBOSA.

Bruno Yoheiji Kono Ramos

Presidente

Protocolo: 889050

PORTARIA Nº 1928, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

O Presidente do Instituto de Terras do Pará – ITERPA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 5º, da Lei Estadual nº 4.584, de 08 de outubro de 1975, e em conformidade com o art. 2º, inciso IX, da mesma Lei, CONSIDERANDO que a Lei nº 8.878, de 08 de julho de 2019, em seu art. 4º prevê o instituto da permuta como uma das modalidades para alienação da terra pública, utilizável quando houver impossibilidade de ocupação de fato de áreas alienadas a particular;

CONSIDERANDO que o Estado do Pará, através do Instituto de Terras do Pará - ITERPA, promoveu a Licitação de Terras Públicas sobre área denominada Gleba Altamira VI, com a designação de Projeto Integrado Trairão, e que posteriormente a União editou Decreto nº 98.865, de 23 de janeiro de 1990 e a Funai a PORTARIA Nº 220, de 13 de março de 1990, criando e ampliando a reserva indígena Menkragnoti, alcançado parte da área do Projeto, impossibilitando que os licitados consolidassem o domínio; CONSIDERANDO tudo que consta nos autos do Processo Administrativo nº 2022/846029, quanto à regularidade e ao cumprimento dos requisitos técnicos e jurídicos para regularização e contratação de permuta.

RESOLVE:

I – HOMOLOGAR o processo de permuta de direitos sobre o Título nº 083, representativo do Lote 07, Setor "I", da Gleba Altamira VI, Projeto Integrado Trairão, por uma área denominada Fazenda Dambrós, com 1.832,8812 hectares, localizada na Gleba Maracá, no Município de Prainha, em favor de ALCIDES DAMBRÓS.

Bruno Yoheiji Kono Ramos

Presidente

Protocolo: 889023